

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37163	49413/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 40592/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Fiscalização de operações urbanísticas

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Embargo de obra

Local da obra: Lugar de Bairro ou Bairro de Cima, Travessa António Brandão Pereira, Lote 5, U.F. Ferreiros e Gondizalves, Braga

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/33452 de 14 de Outubro de 2025.

RESOLUÇÃO

Conforme informação que antecede, datada de 29.09.2025, a operação urbanística objeto de fiscalização, encontra-se a ser executada sem a necessária comunicação prévia.

Assim, atento o disposto no n.º 4, do artigo 4.º; alínea a), do n.º 1 e alínea a), do n.º 2, do artigo 102.º, e alínea a), do n.º 1, do artigo 102.º-B, todos do RJUE, na sua redação atual, propõe-se seja determinado o embargo dos referidos trabalhos.

Contudo, não havendo perigo de, entretanto os mesmos ficarem concluídos, propõe-se seja feita a audiência prévia dos interessados da intenção de embargo, ao abrigo dos artigos 121.º e ss., do CPA, na sua redação atual.

Uma vez que “a realização de operações urbanísticas sujeitas a comunicação prévia sem que esta tenha ocorrido” constitui infração contraordenacional punível com coima, deve ser elaborada a respetiva participação. Não constando a mesma do elenco de infrações, como parece resultar da informação que antecede, deve o constrangimento ser reportado à Unidade de Contraordenações.

Por fim, propõe-se seja dado o devido conhecimento aos Serviços da DGMT/DU/DAT e a todas as partes interessadas no processo, mantendo-se a monitorização da operação urbanística até efetiva reposição da legalidade urbanística.



À consideração superior.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

